



CAMPANHA ÁGUA BOA PARA TODOS E TODAS



CARTA MANIFESTO

Somos um coletivo formado por organizações populares, pesquisadores/as, cidadãos e mandatos parlamentares que tem por objetivo estratégico lutar unidos em todas as trincheiras, seja nas ruas ou no campo institucional, contra amercantilização da água e do saneamento e pelo seu reconhecimento como um **Direito Humano e Bem Comum!**

A pandemia sanitária da **Covid-19 aumentou a vulnerabilidade dos grupos sociais invisibilizados** que já sofriam com a desigualdade urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Ter ou não o direito de acesso à água de qualidade para higienização é hoje um dos fatores que garante maior ou menor proteção ao vírus. Moradores de periferias e favelas, assim como as populações em situação de rua, são os que mais sofrem com tal injustiça. Nesse contexto, é cada dia mais necessário defendermos a água como direito humano e como bem comum.

Resoluções das Nações Unidas reconhecem que a água e o saneamento são direitos fundamentais, indispensáveis à vida e a dignidade humana. Como muitos outros direitos, a luta pelo direito à água passa, necessariamente, por denunciar a captura do Estado pelos grupos econômicos financeiros e pela lógica neoliberal. Assim, é importante defendermos a água como um bem comum, que deve ser compartilhado entre toda a humanidade e os demais seres vivos. É a água que nos garante a saúde, a alimentação, conexão com o sagrado e com a mãe terra.

Longe dessas perspectivas de direito e de bem comum, desde 2016 o **Congresso Nacional vem pautando a transferência do patrimônio público das companhias estaduais de saneamento para corporações transnacionais associadas ao sistema financeiro internacional em todo Brasil**. Atualmente tramita no Senado o Projeto de Lei 4.162/2019 que pretende modificar o marco regulatório do saneamento. Vende-se a ideia de que “o mercado poderá assegurar a universalização do abastecimento de água e do tratamento do esgoto no Brasil”. Engana-se quem acredita que o mercado resolverá problemas de ordem pública, ainda mais no atual contexto em que se busca transformar a água em um ativo no mercado financeiro. Prova disso é que há uma tendência mundial de reestatização dos serviços de saneamento como ocorrido em Paris, Berlim, Atlanta, Joanesburgo, Buenos Aires, Jacarta e outros. No Brasil temos o exemplo da cidade de Itu, no estado de São Paulo, que, a partir da mobilização da população insatisfeita com os altos custos das tarifas e com os baixos investimentos por parte da concessionária privada, recentemente voltou à gestão pública. Também na América Latina organizaram-se processos de resistência



CAMPANHA ÁGUA BOA PARA TODOS E TODAS



popular e verdadeiras “guerras da água” foram travadas. Fruto desse processo os Estados da Bolívia e do Equador reconheceram constitucionalmente a água como um bem comum.

Assim, a Campanha “Água boa para todos e todas” tem compromisso com a defesa da água como direito humano e bem comum!

Considerando o contexto imposto pela pandemia da Covid-19 e o enorme retrocesso que representa a ação do governo estadual de retomar o Programa de Desestatização oriundo dos anos 1990, quando o Brasil vivia o auge do neoliberalismo, o que se materializou através da recente publicação do Projeto de Lei Nº 2419/2020, a Campanha “Água boa para todos e todas” também tem o compromisso de denunciar que o setor de saneamento do Rio de Janeiro não está à venda para os bancos e nem às corporações nacionais e internacionais!

No estado do Rio de Janeiro, desde a decretação do “Estado de calamidade financeira”, a partir da crise de 2016/2017, está em curso a tentativa de privatização da CEDAE, empresa pública estatal que atende 64 dos 92 municípios fluminenses, por imposição de um injusto plano de ajuste fiscal firmado entre a União Federal e o Governo do Estado do Rio de Janeiro. (PRF, 2017).

A mercantilização do setor público do Rio de Janeiro é uma falsa solução para o problema da crise fiscal do Estado. De acordo com Relatório da Dívida Pública, do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) e da Secretaria Estadual de Fazenda (SEFAZ-RJ) a dívida pública do estado foi uma das que mais cresceu nos últimos anos. Se em 2010 a dívida consolidada do estado era de R\$ 53 bilhões e correspondia à 156% da receita correntelíquida, no final de 2018 esse valor passou para R\$ 153 bilhões, o que correspondia à 265,3%. Esse valor está acima dos 200% permitidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Entendemos que outras estratégias políticas, como: auditoria independente da dívida do estado, a redução dos altos salários do Poder Judiciário e dos cargos comissionados nos poderes Executivo e Legislativo, o fim das isenções fiscais concedidas de forma indiscriminada à grandes empresas, a efetiva cobrança das dívidas bilionárias de grandes empresas com o estado e o combate à sonegação, estas associadas no plano nacional à taxação das Grandes Fortunas e dos lucros exorbitantes do sistema financeiro, devem ser adotadas para garantir receitas maiores ao estado, em vez de privatizar o patrimônio público.

Devido a seu histórico de ex-capital do Brasil, **o Rio de Janeiro concentra boa parte do patrimônio público** como a Data Previ, Casa da Moeda, Empresa Pública de Comunicação,



CAMPANHA ÁGUA BOA PARA TODOS E TODAS



Correios, Petrobrás e Eletrobrás. A venda deste patrimônio está alinhada ao processo de privatização generalizada que marca o governo de Jair Bolsonaro, comandada por ministro-banqueiro Paulo Guedes que, dada a crise humanitária causada pela Covid-19, vão na contramão do mundo. No calor do momento, volta-se a discutir no mundo todo a importância de reconhecermos a função dos Estados no provimento de serviços essenciais à população como os da área de saúde, educação, ciência e tecnologia; de enfrentarmos os problemas decorrentes da supervalorização da globalização em detrimento do enfraquecimento dos estados nacionais.

No Rio de Janeiro a CEDAE é a “bola da vez”. Os principais interessados na mercantilização / financeirização do setor saneamento são grandes empresas que operam no mercado financeiro, como a BRK Ambiental, AEGEASaneamento e Participações S.A., Iguá Saneamento S.A., Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., GS InimaBrasil LTDA e outras. De acordo com a pesquisa “Quem São os Proprietários do Saneamento no Brasil” [1], essas cinco empresas controlam 85,3% dos contratos de privatização já existentes e estão em 87,8% dos municípios onde o serviço é privatizado. Na verdade, essas empresas são grandes grupos econômicos controlados por fundos de investimento, cuja lógica exclusiva é a da pilhagem, de gerar rentabilidade para seus acionistas à custa do fundo público e dos direitos da população.

Em março de 2020, sem dispor de mínima transparência e publicidade nos seus atos, a ilegítima e antidemocrática **Câmara Metropolitana aprovou a “modelagem”** da concessão da privatização da CEDAE sem sequer considerar a importância social desta empresa pública na produção de saúde e qualidade de vida. Esta equivocada decisão deu-se às portas fechadas nos subterrâneos do Palácio Guanabara: ou seja, a alienação do patrimônio representado pela CEDAE não teve efetiva participação popular, o que por si só torna este ato administrativo absolutamente ilegal e, portanto, deve ser investigado pelo Ministério Público Estadual e pela ALERJ, assim como continuará sendo denunciado pela sociedade civil.

A parte financeira da **modelagem de alienação da CEDAE foi elaborada pelo BNDES** num momento em que a instituição está sob o comando dos grupos econômicos financeiros. Claramente a modelagem foi desenhada para que empresas privadas fiquem com os setores mais lucrativos dos serviços de água e saneamento – como a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto nas áreas da cidade com capacidade de pagamento e redes construídas, enquanto a CEDAE restará seguir responsável pelos setores mais onerosos e deficitários - como a produção de água, coleta e tratamento de esgoto nas áreas da cidade com baixa capacidade de pagamento e com muitos investimentos a serem realizados, ou seja, **a modelagem coroa a guinada privatista do BNDES e o total descompromisso do governo de Jair Bolsonaro com o direito à água.**



CAMPANHA ÁGUA BOA PARA TODOS E TODAS



Espera-se que o próximo passo seja o encaminhamento desta modelagem financeira para votação na ALERJ. Essa votação irá gerar profunda contradição com algumas decisões acertadas, tomadas pelo próprio parlamento fluminense, que recentemente aprovou a **Lei Estadual Nº 8.814/2020**, que, na prática, inviabiliza e impede em definitivo a privatização da CEDAE, ao autorizar o governo do estado a trocar o montante do financiamento do Banco Paribas (BNP), que serviu como moeda de troca para a alienação das ações da CEDAE, pelo valor oriundo da Imunidade Tributária do Imposto de Renda pago indevidamente pela companhia, que foi conquistada pela Ação Cível Originária ACO Nº. 2757, com trânsito em julgado no Supremo Tribunal Federal (STF).

Também apoiamos a imediata aprovação **do Projeto de Lei Nº 620/2019** que “autoriza o Poder Executivo a efetuar o pagamento da operação de crédito de que trata a Lei Estadual Nº. 7529/2017”, que possibilitará o pagamento do empréstimo contraído pelo governo fluminense junto ao banco francês BNP através da utilização de créditos a título de royalties, royalties excedentes e participação especial, decorrentes da atividade de exploração e produção de petróleo e gás natural, a que o estado faz jus a receber no exercício de 2019 e/ou 2020, por força do art. 20, § 1º da Constituição Federal e da Lei nº 7.990/89.

De antemão, alertamos à sociedade e aos governantes que, caso prevaleça esta perversa lógica de financeirização da natureza, **haverá um aumento expressivo da Desigualdade Hídrica** em todo o país, afetando diretamente a Saúde e a qualidade de vida da maioria da população, uma vez que está provado que as concessionárias privadas e seus sócios do sistema financeiro não terão qualquer interesse ou estímulo em investir em obras/projetos de Saneamento Básico nas comunidades pobres e periféricas, que são tecnicamente classificadas como “deficitárias” do ponto de vista econômico-financeiro!

Portanto, **denunciamos que a sede por lucro das corporações ignora a sede de quem não pode pagar**, pois a mercantilização da água e do esgotamento ameaça um importante mecanismo de solidariedade que é a Tarifa Social e o subsídio cruzado que assegura às famílias mais pobres o acesso à água distribuída pela CEDAE.

Exigimos a reversão do fraudulento processo de privatização em curso e defendemos que a CEDAE funcione de modo transparente como empresa pública. No entanto, diante das baixíssimas taxas de tratamento de esgoto no estado do Rio de Janeiro, para além de uma CEDAE pública, **exigimos que os contratos estabelecidos entre municípios e a CEDAE definam as metas de expansão do abastecimento de água e de tratamento de esgoto**; assim como as prefeituras atuem na fiscalização destes contratos junto a CEDAE e que as companhias municipais de



CAMPANHA ÁGUA BOA PARA TODOS E TODAS



saneamento e as concessionárias privadas que operam no território fluminense estejam sujeitas à regulação pública e ao controle social. Defendemos ainda a efetiva democratização da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA) e do Conselho de Administração da CEDAE, garantindo assento para os consumidores, a academia e a sociedade civil.

Na busca pela defesa da água como direito e como bem comum **defendemos a retomada dos investimentos públicos em saneamento básico como estratégia de enfrentamento das sucessivas crises sanitária, ambiental e hídrica** que temos vivenciado nas últimas décadas e que se aprofundou com a Covid-19.

Referências bibliográficas:

1. Pesquisa “Quem São os Donos do Saneamento no Brasil” (Instituto Mais Democracia);
2. Estudo: “A Crise das Águas do Rio de Janeiro” (Movimento Baía Viva, 2019);
3. Manifesto público da Coalizão das Águas do Rio de Janeiro (Março/2020);
4. “CRISE HÍDRICA, SANEAMENTO AMBIENTAL, SAÚDE PÚBLICA DIANTE DA PANDEMIA DO COVID-19”(Manifesto das 100 organizações proponentes da CLEMAARJ – Conferência Livre Estadual de Meio Ambiente e Agricultura/RJ, Abril/2020).
5. Carta Aberta à sociedade brasileira: ONDAS e a epidemia da COVID-19 no Brasil (<https://ondasbrasil.org/carta-aberta-a-sociedade-brasileira-ondas-e-a-epidemia-da-covid-19-no-brasil/>)

Participe da Campanha!

Visite o nosso Facebook

https://www.facebook.com/pg/aguaboaparatodos/about/?ref=page_internal

Apoiadores da Campanha

Casa Fluminense

Centro de Ação Comunitária - Cedac

ECOPOL/NELUTAS – Grupo de Pesquisa Economia e Política / Núcleo de Estudo e Pesquisa em Lutas Sociais da Unirio

Educação Ambiental e Ecoturismo - EAE

FAMEJA – Federação das Associações de Moradores Urbanos e Rurais do Município de Japeri

FASE – Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional

Federação Nacional dos Urbanitários – FNU

Fórum Grita Baixada



CAMPANHA ÁGUA BOA PARA TODOS E TODAS



Federação Nacional dos Urbanitários - FNU

Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental - FNSA

Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul - Pacs

Instituto Mais Democracia

Laboratório de Pesquisa em Educação, Natureza e Sociedade (LabPENSo/ UERJ/ FEBF

Laboratório de Estudos de Águas Urbanas (LEUS/UFRJ)

Mandato da Deputada Estadual Renata Souza (PSOL)

Mandato do Deputado Estadual Waldeck Carneiro (PT)

Movimento Baía Viva

MPS – Movimento Pró-Saneamento do Parque Araruama de São João de Meriti

Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento – ONDAS

Rede de Educação Ambiental do RJ

Rede de Educação Ambiental e Políticas Públicas

Rede de Mulheres Ambientalistas da América Latina - Elo RJ

Sindágua – RJ